



Crime Organizado na Amazônia: Dinâmicas Ilícitas, Fragilidades Institucionais e Estratégias de Enfrentamento Territorial

Organized Crime in the Amazon: Illicit Dynamics, Institutional Fragilities, and Territorial Counterstrategies

Daniel dos Santos Vieira

Graduado em Tecnologia em Produção Pesqueira – Universidade Estadual do Amazonas

Resumo: O presente estudo analisa o avanço do crime organizado na Amazônia sob uma abordagem interdisciplinar, que integra perspectivas da segurança pública, sociologia criminal e governança ambiental. A região amazônica, marcada por fronteiras extensas e frágeis mecanismos de fiscalização, tornou-se um espaço de disputa entre o Estado, facções criminosas e interesses econômicos ilegais. O estudo identifica que o crime organizado na Amazônia se estrutura em redes transnacionais, articulando tráfico de drogas, garimpo ilegal, desmatamento e corrupção institucional. O estudo conclui que o enfrentamento eficaz dessa realidade demanda políticas públicas integradas, investimento em inteligência territorial, valorização das comunidades tradicionais e fortalecimento das instituições regionais.

Palavras-chave: Amazônia; criminalidade organizada; governança ambiental; narcotráfico; políticas públicas.

Abstract: This study examines the advancement of organized crime in the Amazon through an interdisciplinary approach that integrates perspectives from public security, criminal sociology, and environmental governance. The Amazon region, characterized by vast borders and fragile monitoring mechanisms, has become a zone of contestation among the State, criminal factions, and illegal economic interests. The study identifies that organized crime in the Amazon is structured in transnational networks connecting drug trafficking, illegal mining, deforestation, and institutional corruption. It concludes that effectively addressing this reality requires integrated public policies, investment in territorial intelligence, the empowerment of traditional communities, and the strengthening of regional institutions.

Keywords: Amazon; organized crime; environmental governance; drug trafficking; public policies.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é um território de dimensões continentais, abrigando cerca de 60% da floresta tropical do planeta e mais de 20 milhões de habitantes distribuídos em vastas extensões de difícil acesso. Essa imensidão geográfica, somada à diversidade étnica, à distância dos centros decisórios e à carência histórica de políticas públicas consistentes, cria um cenário propício para o avanço do crime organizado. O isolamento de comunidades, a precariedade das vias de transporte, a deficiência de conectividade digital e a baixa presença de órgãos de segurança e fiscalização permitem que atividades ilícitas se estabeleçam e se consolidem ao longo dos rios e das fronteiras. A ausência de uma presença estatal contínua,

aliada ao enfraquecimento de políticas de desenvolvimento regional, faz com que o poder público perca espaço para redes criminosas que se organizam e impõem suas próprias regras. Pesquisas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA, 2023) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 2022) revelam que essa vulnerabilidade estrutural está profundamente associada à falta de investimentos em segurança, educação e infraestrutura, resultando na formação de uma “zona cinzenta” entre o legal e o ilegal.

A Amazônia, nesse contexto, torna-se palco de uma disputa silenciosa entre o Estado e o crime organizado, que se vale das brechas institucionais e da fragmentação das políticas públicas para ampliar seu controle territorial. A fragilidade da governança pública nas fronteiras — especialmente nas áreas que fazem divisa com Colômbia, Peru e Venezuela — tem favorecido o surgimento de verdadeiros “corredores ilícitos”, por onde circulam drogas, armas, combustíveis e minérios de forma sistemática. A presença das facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), em estados amazônicos representa não apenas a expansão de suas bases operacionais, mas uma transformação no modo de agir da criminalidade contemporânea. Essas organizações evoluíram de grupos urbanos para redes com forte presença territorial, assumindo o controle de áreas estratégicas, rotas fluviais e municípios inteiros.

O domínio dessas facções sobre comunidades ribeirinhas e garimpos ilegais revela a transição da criminalidade tradicional — restrita ao tráfico e ao contrabando — para uma lógica de poder político e econômico enraizada na própria estrutura social amazônica. Elas utilizam mecanismos de coerção, corrupção e cooptação, oferecendo serviços básicos onde o Estado é ausente, como transporte, segurança e até mediação de conflitos locais. Essa substituição simbólica da autoridade pública por facções evidencia um processo de governança paralela, em que o crime passa a ditar normas de convivência e administrar os territórios conforme seus interesses. Estudos da Universidade Federal do Pará (UFPA, 2023) reforçam que essa transformação caracteriza uma nova fase da criminalidade organizada, cuja força está menos na violência direta e mais na capacidade de penetrar nas relações sociais e econômicas regionais.

Compreender o crime organizado na Amazônia é, portanto, compreender um fenômeno que ultrapassa a dimensão policial. Ele está intimamente ligado à estrutura fundiária concentradora, à economia extrativista predatória e à histórica negligência das políticas públicas. O crime ocupa o vazio deixado pelo Estado, transformando a floresta em um espaço de disputa entre modelos antagônicos de desenvolvimento: de um lado, a economia legal que busca sustentabilidade e inclusão; de outro, a economia criminosa que se apropria de recursos naturais e humanos para alimentar mercados clandestinos. O narcotráfico, o contrabando de madeira, a exploração mineral e o comércio ilegal de fauna e flora não são apenas delitos isolados, mas engrenagens de uma máquina econômica que move bilhões e mantém estruturas de poder localizadas fora da legalidade. Assim, o enfrentamento ao crime organizado na Amazônia exige muito mais do que ações repressivas — requer políticas públicas de presença permanente, fortalecimento das instituições,

valorização das comunidades tradicionais e reconstrução da confiança social entre Estado e população.

A ECONOMIA ILÍCITA E AS REDES TRANSNACIONAIS

O crime organizado na Amazônia articula uma economia paralela de proporções continentais, sustentada por atividades ilegais de elevado valor comercial e profundo impacto social, ambiental e institucional. Essa economia ilícita opera como uma engrenagem complexa, interligando práticas criminosas que vão desde o garimpo e a mineração ilegal até o tráfico de drogas, armas e pessoas, passando ainda por processos sofisticados de desmatamento, grilagem e exploração humana. O fenômeno, de natureza transnacional, reflete a combinação entre a vulnerabilidade estatal e o interesse de grandes grupos econômicos, que utilizam a ausência de fiscalização como oportunidade para consolidar mercados subterrâneos altamente lucrativos. Na Amazônia, o crime organizado não é um evento isolado, mas sim um sistema de poder paralelo que cria sua própria lógica de funcionamento, reproduzindo mecanismos econômicos, coercitivos e políticos que rivalizam com o Estado.

O garimpo ilegal, por exemplo, não se limita à extração clandestina de minérios; ele envolve redes de financiamento, transporte, comercialização e lavagem de dinheiro, operando com uma estrutura que imita o setor formal da economia. Grandes áreas de terras indígenas e unidades de conservação são invadidas por grupos que utilizam tecnologia de ponta, máquinas pesadas e rotas fluviais para extrair ouro e diamantes, os quais, posteriormente, são legalizados através de notas fiscais fraudulentas emitidas em outras regiões do país. Essa dinâmica, conforme demonstram estudos da Universidade Federal do Pará (UFPA, 2023), conecta a Amazônia a centros financeiros nacionais e internacionais, tornando o garimpo uma das principais vias de circulação de capital ilícito no território brasileiro. Além disso, a devastação ambiental decorrente desse processo compromete ecossistemas inteiros, envenena rios com mercúrio e destrói modos de vida ancestrais de comunidades indígenas e ribeirinhas, transformando a economia criminosa em uma verdadeira máquina de exclusão social e degradação ambiental.

Paralelamente, o tráfico de drogas e armas configura uma das principais engrenagens de sustentação financeira das facções que dominam o território amazônico. As rotas ilícitas que conectam Peru, Colômbia e Brasil, sobretudo através dos municípios de Tabatinga (AM), Benjamin Constant (AM) e Altamira (PA), tornaram-se corredores estratégicos para o transporte de cocaína e entorpecentes, além de abrigarem pontos de armazenamento e distribuição para o restante do país. A ausência do Estado em áreas fronteiriças facilita a expansão dessas redes, permitindo que o crime organizado estabeleça centros logísticos e zonas de controle social onde as leis impostas pelas facções substituem a autoridade pública. De acordo com o relatório da Polícia Federal (2024), o conjunto dessas atividades ilegais movimenta aproximadamente US\$ 30 bilhões por ano, consolidando o crime ambiental e econômico como uma das maiores fontes de enriquecimento ilícito do

país. Esse valor ultrapassa o Produto Interno Bruto (PIB) de diversos municípios amazônicos, evidenciando o desequilíbrio estrutural entre as economias formais e informais que coexistem na região.

O desmatamento e a grilagem, por sua vez, representam o braço territorial e fundiário do crime organizado. Essas práticas estão intimamente ligadas à falsificação de títulos de propriedade, à corrupção em cartórios e à cooptação de servidores públicos, o que permite a “legalização” de terras públicas através de esquemas de lavagem fundiária. Conforme observam pesquisadores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA, 2023), essas redes criminosas criam uma cadeia produtiva ilegal que envolve madeireiras clandestinas, políticos locais e grandes empresas interessadas na expansão agropecuária. A floresta derrubada é transformada em mercadoria, e o lucro é reinvestido em novas operações de grilagem, criando um ciclo contínuo de devastação ambiental e violência no campo. O desmatamento ilegal, portanto, não é apenas um problema ecológico, mas também uma forma de domínio econômico e político, em que o território é apropriado como instrumento de poder e de reprodução do capital criminoso.

Outro aspecto fundamental dessa economia paralela é a exploração humana, que assume diversas formas: prostituição forçada, trabalho escravo, aliciamento de jovens e migração compulsória para zonas de garimpo e madeira. Esses processos, frequentemente invisibilizados, revelam o caráter desumanizador das estruturas criminosas na Amazônia. Nas áreas de garimpo, mulheres e crianças são utilizadas como mão de obra submissa, enquanto trabalhadores são submetidos a condições degradantes, sem acesso a direitos básicos. Essa dimensão social do crime organizado demonstra que o fenômeno transcende as fronteiras da ilegalidade econômica, configurando uma verdadeira crise humanitária regional.

Pesquisadores da UFPA, como Cavalcante e Mendes (2023), destacam que o controle territorial exercido por facções criminosas vai muito além das atividades ilícitas propriamente ditas. Ele se manifesta na imposição de regras de convivência, na cobrança de “taxas” e até mesmo na mediação de conflitos locais. Assim, o crime organizado passa a interferir nos mercados, nos transportes, nos preços e nos fluxos de mercadorias, criando uma economia híbrida, na qual o formal e o informal se misturam de forma quase indissociável. A Amazônia, nesse contexto, converte-se em um território fragmentado, onde o Estado disputa com facções o domínio sobre o espaço e sobre as populações. A economia paralela que emerge dessa disputa não apenas financia atividades ilícitas, mas também consolida novas estruturas de poder que desafiam diretamente a soberania nacional e a legitimidade das instituições democráticas.

Em síntese, o crime organizado na Amazônia se apresenta como um fenômeno sistêmico, estruturado e sofisticado, que combina exploração ambiental, dominação social e captura institucional. Ele produz uma economia subterrânea altamente articulada, sustentada por fluxos financeiros ilícitos que atravessam fronteiras e redes políticas. O desafio contemporâneo, portanto, não é apenas reprimir essas atividades, mas compreender sua lógica de funcionamento para formular políticas de segurança e governança capazes de restabelecer a presença do Estado, preservar o meio ambiente e proteger a vida das populações amazônicas.

FRAGILIDADE INSTITUCIONAL E CAPTURA DO ESTADO

As instituições públicas na Amazônia enfrentam limitações estruturais profundas que favorecem, direta e indiretamente, a captura do Estado por redes criminosas organizadas. Essas limitações vão muito além da falta de efetivo policial ou de recursos materiais — tratam-se de deficiências históricas de gestão, ausência de planejamento territorial e descontinuidade administrativa que fragilizam o poder público e ampliam a influência de grupos ilícitos sobre o cotidiano das populações locais. A Universidade do Estado do Amazonas (Silva & Galdino, 2023) demonstra que a precariedade dos investimentos em segurança pública, associada ao déficit de servidores nos municípios do interior e à falta de integração entre os órgãos de controle, compromete diretamente o monitoramento das fronteiras e o combate ao tráfico de drogas, armas e minerais. A carência de infraestrutura tecnológica e a insuficiência de políticas permanentes de fiscalização transformam extensas áreas amazônicas em “zonas de invisibilidade institucional”, onde o poder do Estado se torna simbólico e as facções criminosas ocupam o espaço da autoridade legítima.

A corrupção institucional, a lentidão processual e a politização dos órgãos ambientais reforçam de modo sistemático o ciclo de impunidade, perpetuando um modelo de gestão pública vulnerável à cooptação. Em muitas situações, a burocracia estatal serve de instrumento para disfarçar esquemas ilícitos, permitindo que interesses privados e políticos se sobreponham ao interesse coletivo. A politização das instituições de controle — como secretarias estaduais, prefeituras e até órgãos ambientais — cria uma rede de dependência e favorecimento que inviabiliza ações efetivas de fiscalização e punição. Essa estrutura fragilizada de governança pública é agravada pela rotatividade de gestores, pela ausência de concursos públicos regulares e pela influência de grupos econômicos e partidários na escolha de dirigentes. Assim, o Estado, ao invés de se apresentar como promotor da legalidade, passa a reproduzir, em muitos casos, as dinâmicas de poder e omissão que sustentam o crime organizado.

Conforme apontado por Costa (2022), a criminalidade na Amazônia deve ser compreendida não apenas como uma ameaça à segurança pública, mas como um fenômeno complexo de governança paralela, no qual as facções assumem funções típicas de administração estatal. Essas organizações criminosas arrecadam, punem, regulam e até “protegem” populações locais, criando uma estrutura de poder informal que concorre diretamente com o Estado. Em diversas comunidades ribeirinhas, indígenas e de garimpo, o crime atua como mediador social: impõe regras de conduta, estabelece horários de circulação, administra conflitos e executa punições. Essa substituição do poder público pela criminalidade organizada simboliza uma profunda erosão da soberania estatal e demonstra a capacidade das facções de se legitimar socialmente, explorando o vácuo de políticas públicas e o descrédito das instituições.

Pesquisas recentes da UFAM (Costa, 2022) e da UEA (Silva & Galdino, 2023) apontam que essa forma de dominação não é exercida apenas pela força armada, mas também por mecanismos de dependência econômica e assistencialista.

Facções passam a oferecer transporte fluvial, emprestar recursos, intermediar negócios locais e até prover alimentação e medicamentos, consolidando-se como alternativa informal às ausências do Estado. Esse modelo de “Estado paralelo” é sofisticado: ele cria vínculos de pertencimento e obediência, fazendo com que o poder criminoso se naturalize no imaginário social. A governança paralela, portanto, não se impõe apenas pelo medo, mas pela adaptação das comunidades a uma nova ordem que, embora ilegal, apresenta-se como mais eficiente, ágil e presente do que a governança formal.

Essa realidade denuncia a necessidade urgente de repensar o papel das instituições públicas na Amazônia sob uma perspectiva de reconstrução estatal. O fortalecimento das estruturas administrativas, a valorização dos servidores públicos e a criação de políticas permanentes de inteligência territorial são condições indispensáveis para recuperar a autoridade do Estado. O combate à corrupção e à politização das instituições precisa ser contínuo e articulado com universidades, órgãos de controle e comunidades locais. Somente através de uma presença estatal legítima, descentralizada e eticamente comprometida será possível romper com o ciclo histórico de impunidade e enfraquecer o poder das facções que hoje operam como verdadeiras entidades de gestão informal na região amazônica.

IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Os impactos da criminalidade organizada na Amazônia são devastadores e multifacetados, atingindo simultaneamente o meio ambiente, a economia regional, a estrutura política e a vida das populações tradicionais. Trata-se de um fenômeno de destruição em cadeia, em que o lucro ilícito se sobrepõe ao equilíbrio ecológico e à dignidade humana. A Universidade Federal do Pará (Ferreira & Duarte, 2023) registra que mais de 150 mil hectares de floresta amazônica foram destruídos apenas em 2022 em áreas sob domínio direto de facções criminosas e garimpos ilegais, representando uma das maiores perdas ambientais das últimas décadas. O uso descontrolado de mercúrio nos rios, decorrente da mineração clandestina, contamina ecossistemas inteiros e afeta diretamente comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Essa contaminação provoca doenças neurológicas, infertilidade, redução da expectativa de vida e perda de biodiversidade aquática, comprometendo a segurança alimentar de populações inteiras que dependem do pescado como principal fonte de proteína. O crime ambiental na Amazônia, portanto, não é apenas uma questão ecológica, mas uma grave violação de direitos humanos e um ataque à soberania alimentar e cultural dos povos da floresta.

A degradação ambiental está acompanhada de um processo acelerado de ocupação desordenada, marcado por queimadas criminosas, grilagem de terras e extração ilegal de madeira. Facções criminosas e grupos econômicos ilegais, segundo estudos da UEA (Souza, 2023), se associam para dominar cadeias produtivas ilícitas, transformando áreas de floresta em campos de exploração predatória. Essa apropriação do território redefine as relações de poder, gerando novas formas de dominação social e violência política. À medida que a floresta é

derrubada, consolidam-se corredores logísticos para o transporte de drogas, ouro e madeira, que se tornam também vias de expansão do controle criminal. O impacto ambiental, assim, é inseparável da consolidação territorial do crime organizado, que utiliza a degradação ambiental como instrumento de controle econômico e social. Cada árvore derrubada, cada rio contaminado e cada comunidade deslocada reforçam o domínio de facções e consórcios ilegais sobre o espaço amazônico.

No campo social, os efeitos dessa estrutura criminosa são ainda mais alarmantes. A expansão do crime organizado eleva os índices de homicídio, amplia o tráfico de pessoas e intensifica o recrutamento de jovens em situação de vulnerabilidade social. Nas periferias urbanas de cidades como Manaus, Santarém e Marabá, observa-se a crescente presença de facções que utilizam estratégias de aliciamento baseadas na oferta de renda, proteção e pertencimento, sobretudo entre adolescentes e desempregados. Nas zonas rurais e fluviais, a presença dessas organizações é ainda mais agressiva: líderes comunitários, professores e agentes públicos são ameaçados ou silenciados quando denunciam crimes ambientais e práticas ilegais.

A UEA (Souza, 2023) identifica que, em inúmeros municípios do interior amazonense, o poder público tornou-se refém das dinâmicas do crime. Prefeitos, vereadores e até secretários municipais são coagidos, corrompidos ou diretamente controlados por facções que financiam campanhas políticas e determinam o destino de recursos públicos. Essa infiltração criminosa nas estruturas políticas locais provoca um colapso ético e institucional, transformando o Estado em instrumento de legitimação das atividades ilícitas. O poder político, quando capturado pelo crime, deixa de cumprir sua função social e passa a reproduzir as desigualdades, aprofundando o ciclo de exclusão e dependência.

A captura do poder local é, portanto, um dos aspectos mais perigosos da criminalidade organizada na Amazônia. Ela evidencia a existência de uma simbiose perversa entre o crime e a política, onde ambos se alimentam mutuamente. O domínio territorial das facções vai além da violência física; ele se traduz na capacidade de influenciar decisões públicas, controlar licitações, manipular contratos e silenciar opositores. O Estado, em vez de garantir proteção e justiça, torna-se uma instância burocrática a serviço do poder ilícito. Essa realidade afeta não apenas a governança municipal, mas a própria credibilidade das instituições democráticas na região.

Dessa forma, os impactos da criminalidade organizada na Amazônia extrapolam o campo da segurança pública e se projetam sobre o meio ambiente, a economia e a moralidade administrativa. A degradação ambiental e a corrupção política são duas faces da mesma crise estrutural que ameaça o futuro da Amazônia. A combinação entre violência, exploração ambiental e captura política forma um sistema autossustentável de poder ilícito que perpetua a pobreza, destrói ecossistemas e inviabiliza o desenvolvimento sustentável. Enfrentar esses impactos exige uma ação articulada entre Estado, universidades e comunidades locais, para romper o círculo vicioso que transforma a riqueza natural da Amazônia em um território dominado pela criminalidade organizada e pela impunidade institucionalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crime organizado na Amazônia configura uma das mais graves ameaças à segurança nacional, à estabilidade institucional e ao equilíbrio ambiental do Brasil. Sua atuação ultrapassa a esfera da criminalidade convencional e assume dimensões geopolíticas e estratégicas, ameaçando a soberania do Estado brasileiro sobre um território de importância planetária. A região amazônica, historicamente marcada por ciclos de exploração econômica, transformou-se nas últimas décadas em um espaço de convergência entre economias ilícitas, interesses transnacionais e negligência estatal. A coexistência entre facções criminosas, redes de contrabando e agentes econômicos oportunistas cria um cenário de disputa permanente entre modelos de desenvolvimento: de um lado, as forças que buscam sustentabilidade e inclusão; de outro, estruturas ilegais que se alimentam da ausência de políticas públicas eficazes e da desarticulação institucional. O resultado é uma Amazônia fragmentada, onde a criminalidade organizada substitui o Estado em diversos níveis — econômico, político e social —, instaurando um regime de poder paralelo que explora tanto as pessoas quanto os recursos naturais.

A superação desse quadro exige mais do que repressão policial ou discursos sobre preservação ambiental. Requer uma governança amazônica integrada, capaz de articular segurança pública, inteligência territorial, proteção socioambiental e valorização das populações tradicionais. Isso significa investir em ciência, tecnologia e políticas públicas duradouras que unam forças armadas, universidades, comunidades locais e organizações internacionais em torno de um projeto de Estado comprometido com a defesa da Amazônia. É imperativo reconhecer que o combate ao crime organizado não pode ser dissociado da promoção de justiça social e do fortalecimento da cidadania. Onde há fome, desigualdade e abandono institucional, o crime encontra terreno fértil para expandir sua influência e perpetuar seu domínio. Assim, proteger a Amazônia é também proteger seus povos, suas culturas e seus modos de vida, pois a segurança ambiental e a segurança humana são faces de um mesmo desafio civilizatório.

Como salientam pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA, 2023), o futuro da Amazônia depende da capacidade do Estado brasileiro de reconstruir sua presença legítima, devolvendo confiança à população e reafirmando sua autoridade ética e política sobre o território. Essa reconstrução deve passar por três pilares fundamentais: o fortalecimento das instituições públicas locais, a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável baseadas no uso racional dos recursos naturais e a criação de mecanismos permanentes de monitoramento e transparência. Somente por meio de uma presença estatal contínua, participativa e descentralizada será possível quebrar o ciclo histórico de abandono e recuperar a governança sobre o território.

Sem uma ação estruturada e integrada, o crime continuará a ocupar o espaço deixado pela ausência do Estado, reproduzindo um modelo de poder paralelo que se enraíza nas lacunas da administração pública e na omissão das políticas sociais. A Amazônia não pode mais ser tratada apenas como um patrimônio natural, mas

como um projeto de nação — um território de soberania e justiça. Reafirmar o controle legítimo do Estado sobre a Amazônia é assegurar o futuro do Brasil e sua responsabilidade diante do planeta. O desafio, portanto, não é apenas ambiental ou policial: é ético, político e civilizatório. A defesa da Amazônia contra o crime organizado deve ser compreendida como uma causa de Estado, uma política permanente de soberania e de esperança, capaz de transformar a floresta em símbolo vivo de dignidade, equilíbrio e paz social.

REFERÊNCIAS

- Cavalcante, L. & Mendes, A. (2023). *Poder, território e criminalidade organizada na Amazônia Paraense*. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Costa, D. F. (2022). *Governança paralela e fragilidade estatal na Amazônia brasileira*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
- Ferreira, J. L. & Duarte, M. C. (2023). *Impactos ambientais do garimpo ilegal e suas conexões criminais na Amazônia*. Belém: UFPA.
- Melo, R. & Araújo, N. (2023). *Políticas integradas de segurança pública na Amazônia: desafios e perspectivas*. Manaus: UFAM.
- Silva, M. C. & Galdino, P. (2023). *Amazônia sob cerco: crime, garimpo e degradação ambiental*. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas (UEA).
- Souza, R. F. (2023). *Economia ilícita e dominação política nos municípios amazônicos*. Manaus: UEA.
- Fundação Getúlio Vargas (FGV). (2021). *Corrupção e governança ambiental na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Instituto Igarapé. (2022). *Cartografias do Crime na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé.
- Polícia Federal. (2024). *Relatório de Facções e Fronteiras Amazônicas*. Brasília: MJSP.